PHAOS - 2010
(10) - pp. 139-154

RECEPÇÃO DE ODORICO MENDES: (A)CASOS DE CRÍTICA DE TRADUÇÃO NO SÉC. XIX*

Brunno V. G. Vieira
(UNESP-Universidade Estadual Paulista)

ABSTRACT

This paper aims at gathering evidences about the reception of Odorico Mendes' Greek and Roman translations among his contemporaries. Some of the most celebrated lusophone writers of the 19th Century – such as Joaquim Manoel de Macedo, Gonçalves Dias and António Feliciano de Castilho – left us their reviews on the work of Mendes, the most productive and controversial Brazilian translator of the time. The analysis of those data provides valuable documents of translation criticism that could constitute evidence of translation practices and methods in an historical period in which Ancient Literature poetic translations were mostly produced.

RESUMO

Este artigo pretende compendiar testemunhos sobre a recepção das traduções greco-romanas de Manoel Odorico Mendes por seus contemporâneos. Alguns dos mais célebres literatos lusófonos do século XIX – entre os quais Joaquim Manoel de Macedo, Gonçalves Dias e António Feliciano de Castilho – deixaram seus comentários sobre o trabalho de Mendes, o mais produtivo e controverso tradutor brasileiro do período. O estudo desse *corpus* oferece registros preciosos de crítica de tradução que poderão constituir evidências de práticas e métodos tradutórios correntes em um dos períodos em que mais se produziram traduções poéticas da literatura da Antiguidade.

* Este artigo é uma versão ampliada de comunicação apresentada no XVIII Congresso Nacional de Estudos Clássicos realizado sob os auspícios da Sociedade Brasileira de Estudos Clássicos, entre os dias 17 e 21 de outubro de 2011. Minha participação no evento contou com auxílio da FAPESP. Cumpre-me agradecer, *in limine*, a generosidade de Paulo Sérgio de Vasconcellos e de Raquel S. Yee em sugerir e providenciar fontes bibliográficas fundamentais ao presente artigo; agradeço também a cuidadosa leitura do parecerista anônimo da PHAOS e suas pontuais sugestões de revisão.

1. INTRODUÇÃO

Odorico começou a traduzir os clássicos na última década de sua vida. Depois de uma carreira política influente e brilhante que culminou na recusa para exercer o cargo de regente em tempos em que o imperador era menor de idade,[1] exilou-se, *motu proprio,* em solo europeu (1847)[2] com fito de se entregar a trabalhos filológicos e literários, vindo a verter primeiramente Virgílio (*Eneida Brasileira*, 1854; *Virgílio Brasileiro*, 1858) e, concluído este, Homero (*Ilíada* e *Odisseia*, 1858-1863)[3]. Essas traduções tiveram uma repercussão nacional e internacional que poucas obras de criação do período se dignaram a ter, seja por seu método fidelíssimo, seja por seu acurado trabalho de edição e notas. Contextualizar a recepção desse projeto tradutório a partir do exame de documentos da época é meu propósito neste artigo. Decidi me concentrar na recepção à tradução de Virgílio, até porque há dois trabalhos recentes com foco na obra de Homero.[4]

Em setembro de 1854, o jornal *Guanabara* dá notícia de que oitocentos exemplares da *Eneida Brasileira ou Tradução poética da epopeia de Públio Virgílio Maro* foram vendidos em 15 dias, a ponto de o ex-ministro José Carlos Pereira de Almeida Torres, o visconde de Macaé, mandar subscrever, ou seja, financiar mais 80 exemplares para serem distribuídos nas bibliotecas

1. Cf. MACEDO, 1864, p. 425: "Em junho de 1831 a assembleia geral teve de eleger a regência permanente; e o nome de Manoel Odorico Mendes foi lembrado e aceito com aplauso pelos diretores da situação: mas Odorico nunca sentira a ambição do poder; com a mais nobre modéstia resistiu aos amigos, e, urgido por eles, acabou oferecendo um candidato para substituí-lo, e o João Bráulio Moniz foi assim eleito membro da regência". Aproveito esta nota inicial para advertir o leitor para o fato de que, como neste caso, procedi à atualização da grafia dos textos portugueses mais antigos.

2. Carta de Gonçalves Dias de 13 de setembro de 1847: "O Odorico partiu ontem para o Havre vai acabar a sua vida em Bruxelas, onde Voltaire só via: *Carneaux, Canards et Canaille*. Exclamou na sua zanga com o Maranhão e com toda a política: Ingrata Pátria! E lá irá dar com os ossos pelas terras de estranja" (DIAS, 1971, p. 91).

3. Sobre a intenção de dedicar-se a Homero, o próprio Odorico nos informa em carta de 20 de abril de 1856: "Está aqui quase completa a tradução do resto das obras do poeta [Virgílio] e estão feitas muitas notas críticas e filológicas. […] Vamos agora à *Ilíada*". (LACOMBE, 1995, p. 38). O início efetivo do trabalho só se daria dois anos depois, assim que viu impresso seu Virgílio. Em carta de 21 de setembro de 1858, o tradutor declara: "Tenho quase o primeiro livro da Ilíada traduzido, ainda que incorretamente, mas, se eu ficar endividado, fecho a loja". O fim do trabalho é declarado por Gonçalves Dias (5 de outubro 1863): "A *Ilíada* está completa, a *Odisseia* no último canto" (DIAS, 1971, p. 368). Essas datas dizem respeito efetivamente ao trabalho de tradução, já que as obras só foram publicadas postumamente: a *Ilíada* em 1874 e a *Odisseia* em 1928 (cf. OLIVEIRA, 2011, p. 9-10).

4. Cf. OLIVEIRA, 2011 e YEE, 2011.

do Império (*apud* SANT'ANNA, p. 124)[5]. Até mesmo descontando desse número uma provável dose de *marketing*, a informação surpreende, já que estamos falando de um país que à época possuia 7 milhões de habitantes (VIRGÍLIO, 1854, p. 215)[6]. Assim, uma tradução de epopeia latina cuja recepção tem foros de *best-seller*, desafia nosso entendimento e já o título bimembre pode nos mostrar algo das expectativas do sistema literário vigente e do público leitor em relação à tradução.

Por um lado, o adjetivo "brasileira" exibia o orgulho da nação recém-emancipada em produzir sua própria versão da mais célebre epopeia latina.[7] Não mais os brasileiros de então se inclinariam reverenciosos às versões metropolitanas de João Franco Barreto, Lima Leitão e Barreto Feio, para ficar com os tradutores lusitanos citados nas primeiras notas de Odorico à sua primeira edição da *Eneida*. Além do sabor greco-romano da nova poesia americana de um Gonçalves Dias, ex-professor de Latim,[8] a literatura nacional também ostentava o portentoso vínculo com a tradição clássica tão reputado naqueles tempos a partir de traduções americanas (cf. PAGANO, 1998, p. 14). Um evidente signo desse desejo da nova nação em se mostrar douta e fluente nas mais elevadas tradições europeias é encarnado pela própria figura do Imperador D. Pedro II, que se dedicava a tornar reconhecidos internacionalmente seus dotes de monarca ilustrado e incentivador assíduo das belas letras e artes.[9] Patrono a quem evidentemente a subscrição do Marquês de Macaé, aludida acima, satisfazia.

[5.] Encontrei esta informação também no prefácio de Medina (HOMERO, 1992, p.26).

[6.] Só para se estabelecer uma comparação com nosso atual padrão editorial, as tiragens de traduções clássicas costumam ter de 500 a 1000 exemplares impressos por edição e somos um país de mais de 190 milhões de habitantes segundo dados do censo IBGE de 2010.

[7.] De fato, a tradução de Odorico foi a segunda da *Eneida* feita por um brasileiro a ser publicada no império. A primeira é a de João Gualberto Ferreira dos Santos Reis, impressa na Bahia em dois volumes datados de 1845-6. Segundo informação de Inocêncio Francisco da Silva constante no *Dicionário Bibliográfico Português* (Tomo IX), essa versão em dois volumes é incompleta, limitando-se aos oito primeiros livros (cf. SILVA, 1870, p. 268). No catálogo da Biblioteca Nacional do Brasil há notícia de três volumes, mas sem a descrição dos conteúdos. Ainda sobre a questão do título, convém lembrar que Vasconcellos lembra de um "possível confronto intencional" em relação à *Eneida Portuguesa* de João Franco Barreto (cf. VIRGÍLIO, 2008, p. 11).

[8.] Segundo a cronologia biográfica estabelecida por Manuel Bandeira, Gonçalves Dias é nomeado professor de Latim e História do Brasil no Colégio D. Pedro II em 5 de março de 1849 (DIAS, 1944, p. XVI, V. 1).

[9.] Afonso de Taunay em artigo de 1925, além de reportar que Victor Hugo haveria comparado o monarca brasileiro ao célebre imperador e filósofo romano Marco Aurélio, conta uma anedota sobre uma conversa que D. Pedro teria fortuitamente travado com Nietzsche e que teria impressionado o filósofo (TAUNAY, 1928, p. 892).

Por outro lado, o adjetivo "poética", expandindo o substantivo "tradução", lança luz para o texto de chegada. Mas se "tradução poética" é algo vago[10], Odorico, logo no pequeno prólogo que abre a sua versão brasileira, apressa-se em filiar-se a uma poética tradutória que em Portugal remontava a Francisco Manuel do Nacimento, ou Filinto Elísio (1734-1819), único tradutor português reverenciado no limiar da sua *Eneida* (1854, p. 5)[11]. Intentar "um lugar ao pé de Francisco Manuel", para usar a expressão odoricana, pode ser entendido como a definição de um programa: 1) a versão é decassilábica; 2) o estilo procura um sabor clássico em língua portuguesa, o que equivale a dizer que buscava giros sintáticos e cunho vernáculo dos escritores quinhentistas; 3) o tradutor serve-se de um sistemático emprego de decalques neológicos, buscando enriquecer a língua de chegada; 4) e adota notas e comentários para elucidação de escolhas tradutórias e necessárias minudências sobre cultura romana antiga.

Esses dois pontos, que acabo de evocar, ensejados pelo título da primeira versão odoricana publicada, são fundamentais para entender a variedade de sua recepção imediata, que pode ser dividida entre o entusiasmo em relação à tradução pelo que ela representa por ser brasileira (cf. item 2) e a crítica positiva ou negativa ao seu método tradutório (cf. item 3). Tentarei, na sequência, contemplar esses dois aspectos da recepção odoricana.

2. O ENTUSIASMO COM ODORICO E SEU CONTEXTO

Compulsando o número da *Revista do Instituto Histórico-Geográfico Brasileiro* (doravante, IHGB) referente ao segundo trimestre de 1854, pode-se encontrar o testemunho da chegada ao Brasil da obra impressa na França (Cf. *Revista do IHGB*, 1854, p. 594). Um exemplar foi entregue ao instituto por Porto Alegre conforme a ata da reunião de 07.07.1854. Diz a ata: "[um ofício] do Sr. Manoel de Araújo Porto Alegre oferecendo em nome do Sr. Manoel Odorico Mendes, um exemplar de sua tradução da *Eneida* publicada em Paris; recebido com agrado". Esse expediente burocrático serve para mostrar como a tradução odoricana era aguardada pela principal sociedade científica do Império do Brasil, o que reveste sua publicação de certo caráter oficial, ainda mais por estar o próprio Imperador presente à reunião, como declara também o cabeçalho da ata. Vale a pena ressaltar nesse comunicado a expressão "recebido com agrado", que revela, por sua quebra de protocolo, a contida euforia que a notícia da publicação causou. Em sessão do mesmo

[10] No decorrer do presente artigo, pretendo apontar ao menos duas perspectivas tradutórias e estilísticas subjacentes à ideia de "tradução poética" no período.

[11] Tratarei mais especificamente desse ponto no item 3 deste artigo.

instituto datada de 25.08.1854 (Cf. *Revista do IHGB*, 1854, p. 599), dá-se a notícia da doação de quatro exemplares da *Eneida* pelo ministro do Império, refletindo mais uma vez o relevo que a publicação alcançara entre as altas esferas políticas e científicas do Brasil.

Essas doações merecem consideração no relatório redigido pelo então primeiro secretário do Instituto, Joaquim Manoel de Macedo, datado de dezembro de 1854, texto no qual fica patente o orgulho nacional que despertava a empreitada odoricana:

> A *Eneida Brasileira* tem já merecido e conquistado altos louvores dos mais imparciais e habilitados juízes: a unha do crítico severo poderá marcar uma frase menos bem interpretada, um pensamento que a alguns pareça obscuro; poderá fazer sobressair as imperfeições que inevitavelmente selam sempre a obra do homem; *acreditamos porém que não haverá quem se lembre de disputar ao nosso compatriota a glória de ter enriquecido a nossa literatura com a melhor tradução da Eneida que se tem feito em português* (MACEDO, 1854, p. 31, grifo nosso).

O juízo de Macedo ecoa uma resenha de Francisco Sotero dos Reis, que provavelmente veio a lume logo depois de a tradução ser publicada e que infelizmente não consegui datar com precisão. Essa resenha foi anexada pelo próprio Odorico ao fim do *Virgílio Brasileiro* (1858, p. 797-800). Nela Sotero, um abalizado latinista maranhense,[12] lembra que "a tradução da *Eneida* pelo Sr. Odorico Mendes […] é indubitavelmente superior a quantas do mesmo poema se têm até hoje publicado em português" (VIRGÍLIO, 1858, p. 797-8). Mesmo assim, o ludovicense – chamam-se assim os naturais de São Luís do Maranhão – não deixa de destacar entre os pontos altos alguns outros menos felizes do tradutor, o que parece estar reverberado na referência de Macedo às unhas aduncas dos críticos.

A euforia "patriótica" com a tradução é apontada ainda mais uma vez pelo mesmo Sotero em momento posterior. No volume 4 de seu *Curso de Literatura Portuguesa e Brasileira* publicado em 1868, ou seja, 12 anos depois da *Eneida Brasileira*:

> Para traduzir por esta forma, reproduzindo-nos o original sem a menor quebra de seus primores, era preciso que o tradutor se houvesse em certa maneira identificado em espírito com o próprio autor do poema, que tão superiormente vertia; por isso, razão teve de chamar a sua tradução da *Eneida*, *Eneida Brasileira,* e a de todas as obras do poeta latino *Virgílio Brasileiro,* pois que seu é todo trabalho de vestir tão

[12.] Francisco Sotero dos Reis (1800-1871) era reconhecido como um dos grandes latinistas do Império. Publicou, entre 1863-69, a tradução dos *Comentários de Caio Júlio César*, que até hoje vem sendo reeditada pouco escrupulosamente pela Ediouro. Ainda está por se fazer uma edição mais cuidada e comentada dessa excelente versão, bem como um estudo de fôlego do legado desse latinista.

> elegantemente à brasileira alheios pensamentos, o que é como nova criação deles (REIS, 1868, p.303-4).

Esse entusiasmo com a edição brasileira de Virgílio em um *Curso de Literatura Portuguesa e Brasileira,* se é favorecido pelo ufanismo, tem relações com um dialogismo intercultural presente na obra odoricana. Verificam-se principalmente nas notas do *Virgílio Brasileiro* alguns pequenos exercícios de literatura e cultura comparadas que tiveram reflexo nos projetos poéticos brasileiros daquele período. Exemplo disso é a última nota das *Bucólicas* que versa sobre a transposição cultural dos grandes gêneros literários antigos para temas brasileiros (VIRGÍLIO, 1856, p. 72). Ali, seguindo o modelo virgiliano, Odorico ensaia possíveis equivalentes brasileiros aos gêneros desenvolvidos pelo mantuano, relacionando, assim, a écloga com o cantar dos costumes dos vaqueiros interioranos e a epopeia com os costumes indígenas, exemplificando seu argumento com *Uraguai, Caramuru* e *Confederação dos Tamoios.* No que toca a esta última obra citada, pode-se imaginar o quanto o traslado odoricano publicado em 1854 pode ter influído na programática epopeia do Império do Brasil,[13] cuja primeira edição é de 1856. O próprio Gonçalves de Magalhães, seu autor, declara a força dos modelos antigos para a constituição da poesia nacional, citando a nota acima referida da *Eneida* em um artigo publicado pela *Revista do IHGB* em 1860:

> Os feitos dos indígenas oferecem argumento simpático à nossa poesia nacional. E como bem notou o Sr. Odorico Mendes: os selvagens, rudes e de costumes quase homéricos, podem prestar belos quadros à epopeia. O parecer de tão abalizado crítico, que nos deu Virgílio em português, e luta para interpretar Homero, é de tanto peso, que decide só por si qualquer dúvida (MAGALHÃES, 1860, p. 63).

Lendo o início da narração da *Confederação dos Tamoios,* é possível deduzir que essa referência ao texto de Odorico não se limitava a uma cortesia entre cavalheiros. Para tomar um só exemplo, há uma alusão à *Eneida* odoricana em perspectiva imitativa ou intertextual já no início da narração do *epos* de Magalhães:

> Baliza natural ao norte avulta
> o das águas gigante caudaloso,
> que pela terra alarga-se vastíssimo
> (MAGALHÃES, 1856, p. 3)

[13] Um pouco da história da verdadeira cruzada em favor desse poema de Magalhães empreendida por D. Pedro II, que inclusive veio defendê-lo em artigos de jornal, pode ser encontrada resumidamente na introdução do poema intitulada *A confederação de Magalhães: epopeia e necessidade cultural* de autoria de João Adalberto Campato Jr. (2008, p. 829-845).

Colônia tíria no ultramar, Cartago,
Do ítalo Tibre contraposta às fozes
houve, possante empório, antigo, aspérrimo
(VIRGÍLIO, 1854, p. 7)

Os inícios da epopeia e da tradução brasileiras são correlatos. Notem-se a digressão geográfica (lá o Amazonas, cá Cartago), o hipérbato latinizante ("o das águas gigante caudaloso" // "do ítalo Tibre contraposta às fozes"), a amplificação na descrição (a concatenação de epítetos e adjetivos e a coincidência dos superlativos finais "vastíssimo" e "aspérrimo"), a economia nos artigos no primeiro verso que deixa lapidar o português. Fica evidente, aliás, a preferência pela imitação das escolhas odoricanas, se se observarem as versões portuguesas anteriores de Franco Barreto e Barreto Feio.[14]

Mesmo um rápido olhar em outras epopeias posteriores, como é o caso de *Os Timbiras* de Gonçalves Dias (1857), que pretendia ser uma *Ilíada Brasileira* (DIAS, 1944, p. 249), deixa entrever a influência da primeira edição da *Eneida* odoricana. A predileção por vocábulos e expressões alatinados[15] e o uso, parco embora, de adjetivos compostos, a começar por "semibárbaros" logo no primeiro verso podem ser interpretados como eco dos decalques odoricanos.[16] Esses modos de elocução, seja no caso de Magalhães, seja no de Gonçalves Dias, dão testemunho de que o molde odoricano da epopeia clássica, em que pese nisso o apego do tradutor à tradição quinhentista e filintista (cf. *infra*, nota 18), veio ao encontro dos anseios estilísticos da literatura brasileira praticada sob D. Pedro II.

Antônio Medina Rodrigues intuiu essa característica em uma breve nota de sua apresentação à *Eneida* de Odorico Mendes nestes termos: "uma vertente de nossa literatura foi latinizante, e deixou suas marcas até o começo do século XX" (VIRGÍLIO, 2005, p. 15). Perspectiva que foi repensada por Paulo Franchetti no seu prefácio ao *I-Juca Pirama* de Gonçalves Dias, como "uma vertente cultural importante" representada, segundo ele, por Magalhães, Porto Alegre, Odorico Mendes, Sousândrade e por Gonçalves Dias (principalmente o dos poemas medievalistas). Franchetti dá relevo para o fato de a configuração epistemológica da crítica literária do séc. XXI estar finalmente apta à investigação dessa tendência:

[14] Cf.: Uma antiga cidade houve chamada/ Cartago, habitação de Tíria gente,/ Bem defronte de Itália edificada,/ E da foz tiberina ao mar patente;/ opulenta, e na guerra assinalada... (VIRGÍLIO [Trad. Franco Barreto], p. 2, 1763) Longe da foz do Tibre, olhando a Itália,/ Uma cidade antiga houve, Cartago:/ Colônia foi de Tírios; opulenta,/ e na escola da guerra endurecida (VIRGÍLIO [Trad. Barreto Feio], p. 5, 2004[1846]).

[15] Exemplos do Canto Primeiro: v. 2, "anoso"; v. 7, "era fama"; v. 12, "espelunca"; v. 42, "cioso"; v. 66, "opimo'; v. 99, "egrégio"; v.170, "debelar-vos"; v. 233, "núncio"; v. 264, "exangue"; v. 303, "prélios".

[16] Cf. também: "ita-roca" -I, 267; "rudo-lavrado" - II, 163; "circunfusa" - III, 407.

> "Uma vertente que talvez só agora possa ser encarada de modo compreensivo, com a queda da hegemonia do padrão de gosto modernista e com o consequente esbatimento do vetor teleológico da descrição histórica elaborada em meados do séc. XX, que apagou ou como monstruosidade ou apanhado de tolices, tudo aquilo que se afastava da linha ideal de progresso em direção à coloquialidade expressiva posta a serviço da investigação ou do retrato da vida social" (2008, p. 1103).

Procuro então desenvolver um pouco essa ideia em relação à influência que o exercício de tradução poética exerceu nessa vertente latinizante.

Ao menos três décadas antes da *Eneida Brasileira*, José Bonifácio de Andrada e Silva já assinalava programaticamente a desejosa influência das traduções dos clássicos para o aprimoramento da língua literária brasileira. Em um volume intitulado *Poesias avulsas de Américo Elísio,* de 1825, o patriarca da independência publica versões de trechos da *Teogonia* de Hesíodo, de uma ode de Píndaro e da primeira *Bucólica* de Virgílio. Essas traduções eram introduzidas por preâmbulos que podem nos fornecer antecedentes epistêmicos das práticas tradutórias odoricanas em solo pátrio. Depois de fazer um elogio ao decalque de vocábulos compostos provindos do grego e do latim nas traduções a partir dessas línguas, Bonifácio convoca os literatos do país recém-emancipado a enriquecer o português:

> Ousem, pois, os futuros engenhos brasileiros, agora que se abre nova época no vasto e nascente Império do Brasil à língua portuguesa, dar este nobre exemplo; e fico, que apesar de franzirem o beiço puristas acanhados, chegará o português já belo e rico agora, a rivalizar em ardimento e concisão com a língua latina, de que traz a origem (SILVA, 1946, p. 72).

Ora, Odorico Mendes na *Advertência* que abre sua *Eneida Brasileira*, como se o ludovicense performasse as ideias do santista – Bonifácio era natural de Santos –, já dizia: "adotei algumas palavras do latim e compus não poucas por me parecerem necessárias na ocasião" (1854, p. 6)[17]. A primeira recepção de Odorico Mendes exalta essa prática fidelista como grande qualidade, conforme se depreende das resenhas de Sotero dos Reis (VIRGÍLIO, 1858, p. 797-8), Borges de Figueiredo (1856, p. 231) e Antônio José Viale (*apud* LISBOA, 1864, p. 348). No *Curso de literatura brasileira e portuguesa*, Sotero

[17] O tradutor complementa essa ideia já na segunda nota da edição de 1858: "O *imite* do meu verso 39 é já velho. Os que folhearem os clássicos, ou mesmo os dicionários, verão que não poucos neologismos que me emprestam são apenas restaurações. Acho pobreza que, usando Virgílio de *crudelis, immanis, immitis, crudus, saevus, acer, acerbus*", traduzamos todos estes pelo nosso tão surrado adjetivo *cruel*, imprimindo na locução uma cruel monotonia, quando os nossos nos legaram uma língua tão variada" (2008 [1858], p. 49). José Paulo Paes já mencionara o provável influxo teórico de José Bonifácio em relação à prática de Odorico Mendes (PAES, 1990, p. 15), ainda que, até onde sei, não se encontra na obra odoricana referência alguma aos traslados do patriarca.

dos Reis fornece uma nacionalista leitura da questão: "o Sr. Odorico Mendes presta por seus escritos à literatura brasileira no século XIX quase o mesmo serviço, que Francisco Manoel do Nascimento prestou à portuguesa no século XVIII" (1866, p. 73).

Não é vã a evocação de Filinto Elísio (Francisco Manuel do Nascimento) pelo lúcido Sotero. Já que são legatários da concepção tradutória desse poeta português tanto Bonifácio (cujo pseudônimo era "Américo Elísio") quanto Odorico (declaradamente seu discípulo). Ademais, como já disse anteriormente, Filinto é o único tradutor português evocado no preâmbulo ao público da *Eneida Brasileira* e a prática fidelista de Odorico tem nele um predecessor.[18] Qualquer crítica que não leve em consideração a filiação filintista de uma parte considerável dos tradutores e poetas do período está fadada ao equívoco.

Convém que eu diga, entretanto, que não é minha intenção aqui escudar Odorico de censuras ou admitir validade apenas a um juízo positivo unânime. O que se impõe na recepção desse projeto tradutório, a meu ver, é entendê-lo em um plano mais amplo no qual se leve em conta as motivações e consequentes reverberações de sua proposta no nosso ambiente literário seja em seara estilística, seja em tradutória. Desse modo, é possível entendê-lo não como um desvio, mas como a continuação de um caminho já trilhado. Assim, estão no horizonte de seus leitores coevos filiações e interesses estéticos díspares que os críticos e os historiadores de tradução, para não incorrer nos mesmos erros de outrora ainda relutantemente presentes, devem levar em consideração. Isso é o que esboçarei a seguir.

3. AS CENSURAS A ODORICO E SEU CONTEXTO

Convém dizer que Odorico não era o único brasileiro devotado ao culto a Filinto. Também eram desse séquito Machado de Assis[19], Gonçalves

[18] Na Carta a Brito (1790), Filinto defende um modo *sui generis* de enriquecimento da Língua Portuguesa: "trilhemos senda que ampla nos abriram/ nossos maiores no apurar do engenho./ Eles da Grega língua, e da Latina/ tomaram cabedais, com que adornaram/ de garbo e de melindre a Lusa fala" (FILINTO ELÍSIO, 1998, p. 60). Em nota dessa mesma carta Filinto ainda dirá: "o modo de aperfeiçoar a língua materna é enxertando nela o precioso das outras" (FILINTO ELÍSIO, 1998, p. 63). O próprio Odorico declara-se um discípulo dessa vertente estilística e tradutória: "Dentais dorsiduplos em vez de 'que têm dois dorsos' ou 'de dois lados reforçados': *discípulo* de Ferreira, de Camões, de Filinto, não recuo à vista de uma palavra composta, mais curta e enérgica" (nota ao passo I, 172. – 172 das *Geórgicas, grifo nosso*). Para uma síntese do método filintista cf. VIEIRA, 2008.

[19] Em crônica de 11/08/1878, Machado escreve: "tinhas inventado a Sanz, os maiores olhos que jamais vi, e que a faziam semelhante a Juno, a Juno dos olhos de boi, como diz Homero, ou olhi-toura, como traduz Filinto (ASSIS, 2008, p. 456).

Dias[20], D. Pedro II[21] para ficar com três filintistas remarcáveis e, igualmente, admiradores de Odorico.[22] Esse dado me leva a conjecturar o influxo do contexto estético-político da época no método odoricano. O historiador Pedro Calmon, ao comentar as práticas translatícias do imperador, fornece alguns traços do trabalho do influente tradutor-monarca como o fato de ele "comparar as diversas traduções com original e não perdoar 'comparando', impropriedade, distorção, licença. Para ele – o texto é sagrado" (CALMON, 1975, p. 477).

Se se tomar a ideia de Mecenato de um teórico da tradução como Lefevere, é possível entrever como as preferências tradutórias do monarca se interseccionam com aquelas de Odorico. Os três elementos constituintes do mecenato para Lefevere estão presentes nas relações entre Odorico e D. Pedro II (cf. LEFEVERE, 2007, p. 35-6), quais sejam, o componente ideológico ("restringindo a escolha e o desenvolvimento tanto da forma quanto do conteúdo")[23], o econômico (contribuições para o financiamento das edições)[24] e o *status* ("integrar-se num grupo de apoio determinado e ao seu estilo de

[20] Cf. a crítica a Gonçalves Dias feita por Bernardo Guimarães (1859): "Dir-se-ia que o Sr. Gonçalves Dias em sua linguagem só visa à pureza clássica; entretanto é esse mesmo cuidado que ele toma de pautar o seu estilo pelas formas de Filinto, Garrett e Alexandre Herculano, que mais prejudica a sua obra, e lhe tira todo o tom de uma verdadeira e espontânea inspiração" (*apud* CORRÊA, 2006, p. 90-1).

[21] Calmon registra a preocupação do monarca com a preservação do túmulo de Filinto, nos famosos desabamentos do cemitério de Paris (CALMON, 1975, p. 480).

[22] Machado de Assis manifesta em crônica de 26/09/1864 sua predileção por Odorico Mendes como tradutor do Mantuano e de Homero: "Odorico Mendes é uma das figuras mais imponentes de nossa literatura. Tinha o culto da antiguidade, de que era, aos olhos modernos, um intérprete perfeito. Naturalizara Virgílio na língua de Camões; tratava de fazer o mesmo ao divino Homero. De sua própria inspiração deixou formosos versos, conhecidos de todos os que prezam as letras pátrias" (ASSIS, 2008, p. 191 [26/09/1864]). É possível verificar também pelo catálogo da Biblioteca Machadiana elaborado por Massa (2001) que um exemplar do *Virgílio brasileiro* 1858 constava do acervo pessoal de Machado. Gonçalves Dias foi um dos agenciadores de recursos para edição a impressão do *Virgílio Brasileiro* e das traduções de Homero (cf. DIAS, 1964, p. 366) e um dos seus mais importantes admiradores: "Odorico é um grande mestre da língua portuguesa; não sei quem a maneja melhor – quem seja mais variado, mais enérgico, mais conciso. Após Filinto ninguém terá levantado um brado tão alto em favor da pureza da linguagem. Esta só diferença acho entre os dois – é que Odorico metrifica como um rei" (1964, p. 368). Após a morte do tradutor foi Gonçalves Dias que se ocupou de seus manuscritos (1864, p. 412).

[23] Vale enfatizar o fato de D. Pedro II não perdoar licença em tradução, em citação referida no parágrafo anterior.

[24] Cf. DIAS, 1964, p. 412 (Carta de 06.09.1864, sobre o tardo resultado das subscrições para publicação das obras de Odorico): "O imperador mandou uns 3.000 fr. ao Odorico para ajudá-lo na sua impressão [não fica claro se se trata da edição de um Homero brasileiro ou se das obras completas do poeta e tratudor]. O pobre Odorico nem mesmo teve conhecimento disso!".

vida")[25]. O desenvolvimento dessa questão certamente mereceria um estudo à parte, mas em relação a esse último ponto levantado, ou seja, ao filintismo reinante, é de se pensar o quanto o viés literalizante das versões odoricanas figurava no horizonte de expectativa dos leitores seja por orientação do monarca[26], seja orquestrado pela corte de literatos que se colocavam à direita e, mesmo, à esquerda dele.

Raquel S. Yee (2011) em recente dissertação de mestrado que nos revelou o manuscrito odoricano do prefácio à *Ilíada*, ao tratar do mecenato de D. Pedro II, dá relevo para a recepção que o tradutor Caetano Lopes de Moura teve da *Eneida Brasileira* em carta enviada ao monarca. Creio que foi uma primeira recepção rasgadamente negativa ao trabalho de Odorico, e a postura do imperador diante das críticas revela como questões de teoria tradutória eram objeto de intenso debate no período.

Lopes de Moura, tradutor de Walter Scott e de Chateaubriand, talvez ressentido por uma menção irônica de Odorico à sua senilidade, que o impedia de rever suas traduções (VIRGÍLIO, 1854, p. 216) – mas também, como apresentarei mais abaixo, devido à divergência de pensamento tradutório – , ataca virulentamente a tradução do maranhense nos seguintes termos:

> Observaremos aqui, para não tornarmos a repeti-lo, que o arbítrio que o A. da *Eneida Brasileira* tomou de encurtar a tradução dela, encerrando-a quase toda no mesmo número de versos que o original, o pôs em ocasião
>
> 1.o de alatinar quanto se lhe antolhou impossível expressar-se em português;
>
> 2.o de empregar quase sempre os verbos no presente, para evitar o aumento de sílabas com que nos demais tempos se modificam;
>
> 3.o de cortar, por quase todas, as transições que se observam no original, […] conseguindo-se daí que o estilo desta sua produção literária é desatado, uniforme, duro e, por vezes, escuro (VEIGA, 1979, p. 162).

Há nessa carta anotações marginais feitas pelo imperador de próprio punho, as quais permitiriam entrever suas percepções diante das críticas. Infelizmente tive acesso apenas à reprodução de trechos da carta transcritos por Veiga, biógrafo de Lopes de Moura,[27] de modo que não me foi possível

[25] Cf. DIAS, 1964, p. 195 (Carta de 13.09.1856, sobre a leitura de *Confederação dos Tamoios* de Magalhães a Odorico e a Gonçalves Dias): "Já tinha assistido a uma leitura desse poema, que o seu autor, em viagem para o Brasil, fizera em Paris, ao Sr. Odorico, estando eu presente".

[26] Cabe aqui dizer que, embora propenso à vertente literalizante, o imperador sabia acolher com igual favor práticas dela divergentes, como é o caso das traduções de António Feliciano de Castilho. O que quero aqui é tão somente conjecturar uma possível simpatia do imperador às práticas literalizantes. De certo, faz-se necessária uma detalhada apuração das preferências tradutórias de D. Pedro II para falar com mais autoridade dessa questão, algo que ainda está por ser feito.

[27] Segui, neste caso, a indicação bibliográfica de Yee (2011) que também não teve acesso ao manuscrito da carta.

apontar precisamente em que o imperador concordava ou em que discordava. Mas uma das frases reportadas por Veiga mostra uma certa impaciência do imperador em relação ao tom de Lopes de Moura; diz ele: "o modo por que se exprime o censor me parece um pouco apaixonado" (1979, p. 162). Pois bem, embora concorde com algumas das críticas, parece difícil ao imperador aceitá-las cabalmente, uma vez que ele endossava aquela tradução.

A crítica de Lopes de Moura à latinização, à síntese e à obscuridade bem revela a resposta de uma outra vertente tradutória que mereceu lugar de destaque no séc. XIX. O mecenato do monarca não tinha o poder de monologizar todas as opiniões, principalmente aquelas advindas de Portugal. Se Filinto Elísio era o tutor em língua portuguesa das práticas de tradução fidelista, Bocage era o patrono da vertente que propugnava pela fluência e naturalidade do vernáculo em tradução, de modo que o texto de partida soasse como "originalmente" – para usar um termo da época – escrito em português. Era ninguém menos que António Feliciano de Castilho quem, então, praticava e incorporava o método bocagiano.

Esse poeta lusitano declarara em carta de 1862 ao editor Antônio Maria Pereira como se devia traduzir e o quanto lhe repugnava as obscuridades de tradutores como Filinto Elísio, Elpino Duriense, Lima Leitão e Odorico Mendes. Leiamos alguns excertos:

> A lira de Horácio, para aí a trouxeram o mui sabedor Elpino Duriense, o mui devoto Filinto Elísio; mas como? Tão destemperada, que nenhum eco se digna de lhe responder.[…] Com o mantuano ainda nos correm piores fados. […] Lima Leitão e Odorico Mendes caldearam-no de aço, escureceram-no, entenebraram-no. O pobre poeta, topando naqueles dois calhaus do Parnaso, deu-lhe o tétano e morreu. Suponhamos que se chegava a ler Virgílio neste guapíssimo semi-latim, ou latim melhorado, da nossa terra; que o seu cantar saia cá tão fácil, corrente, e harmonioso, como já soara aos ouvidos de Mecenas e Augusto; que os pensamentos, tanto os principais como os secundários, nos chegavam sem quebra, sem desfiguração; que era a mesma verdade, a mesma naturalidade, a mesma luz suavíssima, a mesma divina fragrância de ambrosia.
> (CASTILHO, 1908, p. 47-50).

Ficam evidentes, portanto, pelo exposto nessas linhas, os ditames da tendência tradutória incorporada por Castilho[28]. Outros partidários dessa concepção de tradução, como Frederico José Correa (1878) e Sílvio Romero (1953[1882], p. 792-800), deram eco às ressalvas castilhianas, em uma *forma*

[28] Uma discussão sobre a tradução odoricana das *Geórgicas* em contraponto à de António Feliciano de Castilho encontra-se em duas resenhas importantes de Pinheiro Chagas (1867) e de José de Alencar (1960 [1874?]). Infelizmente o tratamento desses textos me obrigaria a extrapolar o limite de linhas do presente artigo. Sua análise, portanto, aguardará momento mais oportuno.

mentis que – por muito tempo aliás – se tornou um lugar comum para falar das práticas odoricanas. Uma vez que Antônio Medina Rodrigues já argumentou suficiente e cabalmente sobre os juízos de Sílvio Romero (HOMERO, 1992, p. 31-43), vale a pena recobrar o juízo de Correa ainda não explorado pela crítica odoricana. Trata-se de um maranhense dissidente do Pantheon de Antônio Henriques Leal e já naquela época ele criticou grandiloquentemente Odorico, num tom que muitos hoje pensam inaugurar: "Qualquer censura que se lhe faça fica muito aquém do que se sente, lendo-se essa *rudis, indigestaque moles*, chamada *Virgílio Brasileiro* que me fez muitas vezes recorrer ao texto latino para entender o português" (CORREA, 1878, p. 49). Ele tratava ironicamente o Pantheon Maranhense de *coterie*, ou seja, "panelinha", creditando os elogios de Sotero dos Reis e de Henriques Leal à mera adulação.

Mas o real combustível da crítica de Correa, como alhures já foi apontado sobre o caso de Romero (HOMERO, 1992, p. 34), era a sua diversa perspectiva de tradução. Bocage e Castilho (CORREA, 1878, p. 51) são tomados como modelos desprezados por Odorico; assim sendo, a pedra de toque de seu libelo incide no excesso de literalidade e na sua consequente falta de naturalidade. É verdade que, entre tantos estranhamentos apontados quase sempre recaindo no nível das escolhas lexicais, ao menos um verso problemático de Odorico ele conseguiu detectar.[29] No mais, são censuras que quase sempre repisam a idiossincrática veia do estilo, dentre as quais a mais curiosa é a tradução do verso *una salus victis, nullam sperare salutem* (*A.* II, 354), cuja versão na edição de 1854 – a referida por Correa – é "salvação para os vencidos/ uma, esperarem salvação nenhuma". Trata-se de um trecho em que segundo Sotero dos Reis, a versão odoricana "corre em parelhas com o original em beleza de imagens, concisão e energia" (1858, p. 798). Para Correa, contudo,

> "se o mestre [Sotero] já não treslesse e não tivesse tanto em peito consolidar a *coterie*, à custa de imerecidos e damasiados louvores, não se houvera extasiado tanto, quando falou desta passagem, porque, se o autor guardou a concisão latina, vertendo literalmente, só o fez à custa de um grande defeito, partindo o verso e retardando por este modo a expressão do pensamento, que nestes casos deve ser pronta e expedita" (1878, p. 54).

[29] Cf.: *Aeneis,* III, 319: *Hectoris Andromache? Pyrrhin conubia seruas?*, "Andrômaca de Heitor, inda és de Pirro?" (trad. de Mendes). Segundo Correa, "a inteligência desta passagem, aliás fácil e clara é esta: 'Andromaca, ainda te conservas na viuvez de Heitor, ou contraíste novas núpcias com Pirro'. Tal é a interpretação de Carlos Ruoens [De La Rue], que na sua nota 319, assim diz: *'Conubia servas?' Manesne in viduitate, ac fide data Hectori: an vero transiisti ad Pyrri nuptias*. Agora vai ver o leitor como Odorico verteu esta passagem; mas prepare-se para ficar atordoado!" (CORREA, 1878, p. 55-6). De fato, parece que Odorico quis usar o adjunto adnominal com sentido de posse em português para traduzir as relações conjugais de Andrômaca, mas a omissão de *conubia* acaba por constituir um problema na transmissão da informação do latim ao português.

Ele complementa a crítica, então, com uma tradução da própria lavra:

> Uma só salvação para os vencidos,
> que é nenhuma esperar dos vencedores.

Ora, a deficiência desse contra-exemplo fala por si só. Ele não conseguiu fugir à repartição do verso e ao seu consequente retardo, os quais ele mesmo condenara. Ademais, o acréscimo de "dos vencedores" acaba por restringir o vasto – porque não declarado – rol de possíveis cumpridores da "esperança", que podia advir dos deuses, dos amigos e até dos vencedores. É forçoso entender, no entanto, que Correa lê como defeito as elipses decalcadas por Odorico do texto latino e tenta ceifá-las em português, quando mesmo uma tradução de sentido toleraria algumas das omissões latinas: "a única salvação para os vencidos é não esperar salvação alguma". Apesar de tudo, a crítica de Correa não deixa de ser interessante, porque, abertamente contrária como é, testemunha uma perspectiva de leitura diversa, que encontraria em Sílvio Romero um divulgador.

As leituras de Castilho, Lopes de Moura e Correa são testemunhos da variedade de vertentes de "tradução poética" às quais sugeri no início deste artigo e constituem valiosos juízos para se pensar nas divergências de estilo e postura tradutória que norteiam até hoje o trabalho de tradução de poesia. Se o método odoricano alcançou adversários, isso, ao contrário de invalidar o seu trabalho, revela a heterogeneidade do pensamento tradutório do período, o que muitas vezes os seus críticos, seja os de agora, seja os de outrora, não têm deixado muito claro.

Diante da quantidade de textos que refratam e refletem o projeto odoricano, que tentei aqui compendiar, a discussão desses casos de crítica de tradução elucida os meandros sociais, econômicos e receptivos de versões portuguesas no séc. XIX. Por acaso, já que os métodos quase sempre vêm pelo exemplo das práticas, é possível vislumbrar ao menos duas perspectivas ou tendências tradutórias, cada uma das quais disputando tenazmente mecenas, mercado e leitores. O brasileiro Odorico Mendes, ícone do filintismo, consolidou uma dicção e um estilo que fez sucessores tanto diretos como indiretos, como a "vertente latinizante da literatura brasileira" bem testemunha. O português António Feliciano de Castilho, embora tenha sua prática estrategicamente ligada à de Bocage, instituiu um modo de nacionalizar os clássicos servindo-se de expedientes consolidadamente vernáculos na tradução das literaturas clássicas, como rima e formas ibéricas de metrificação. Seja qual for o partido que se tome, muito além dos valores humanístico e filológico intrínsecos às versões de Odorico Mendes, a recepção que elas motivaram acabou por colocar a tradução no centro do debate literário e estético daquele período, algo que repercute ainda hoje nas refrações das práticas tradutórias odoricanas em contemporâneos exercícios de tradução.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALENCAR, J. DE. O vate bragantino. In: _____. *Obra completa*. Rio de Janeiro: Aguilar, 1960. Vol. IV, p. 983-1007.

ASSIS, M. de. *Obra completa em quatro volumes*. Organizada por A. Leite Neto, A. L. Cecilio e H. Jahn. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2008. Vol. 4, Crônica.

CAMPATO Jr., J. A. A confederação de Magalhães: epopeia e necessidade cultural.In: TEIXEIRA, I. (Org.) *Épicos*: Prosopopeia, O Uraguai, Caramuru, Vila Rica, A confederação dos Tamoios, I-Juca-Pirama. São Paulo: Imprensa Oficial, 2008. p. 829-845.

CASTILHO, A. F. Carta ao livreiro Antônio Maria Pereira. In:_____. *Novas telas literárias.* Lisboa: Livraria Moderna, 1908. p. 29-101.

CHAGAS, M. P. Virgílio e Castilho. In: _____. *Novos ensaios críticos*. Porto: Casa da Viúva Nore Ed., 1867. p. 116-135.

CORRÊA, I. E. J. Bernardo Gimarães, crítico de Gonçalves Dias. In: MELLO, C. M. M.; CATHARINA, P. P. G. F. (orgs.) *Crítica e movimentos estéticos: configurações discursivas do campo literário.* Rio de Janeiro: 7Letras, 2006. p. 83-104.

DIAS, A. G. Correspondência ativa de Antônio Gonçalves Dias. *Anais da Biblioteca Nacional*, vol. 84, 1964 [1971], p 9-418.

_____. *Obras poéticas de A. Gonçalves Dias*. Texto estabelecido e anotado por Manuel Bandeira. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1944. 2 volumes.

FIGUEIREDO, B. Juízo sobre a *Eneida Brasileira*. *O instituto*, vol. 4, n.o 19, 1856, p. 231-2.

FILINTO ELÍSIO. *Obras completas de Filinto Elísio*. Ed. F. Morais. Braga: APPACDM, 1998. Vol. 1.

FRANCHETTI, P. O triunfo do Romantismo: indianismo e estilização épica em Gonçalves Dias. In: TEIXEIRA, I. (Org.) *Épicos*: Prosopopeia, O Uraguai, Caramuru, Vila Rica, A confederação dos Tamoios, I-Juca-Pirama. São Paulo: Imprensa Oficial, 2008. p. 1097-1130.

HOMERO. *Odisseia.* Trad. de Odorico Mendes e ed. de A. M. Rodrigues. São Paulo: Ars Poetica/EDUSP, 1992. p. 11-4.

LACOMBE, A. J.(ed.). *Cartas de Manoel Odorico Mendes*.Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 1989.

LEFEVERE, A. *Tradução, reescrita e manipulação da fama literária*. Trad. de C. M. Seligmann. Bauru (SP): EDUSC, 2007.

LISBOA, J. F. Manoel Odorico Mendes. *Revista contemporânea de Portugal e Brasil*, vol. IV, abril de 1862 [1864], p. 329-53.

MACEDO, J. M. Discurso. *Revista do Instituto Histórico-Geográfico Brasileiro*, tomo XXVII, parte segunda, 1864, 404-40.

MAGALHÃES, D. J. G. de. *A confederação dos Tamoios.* Rio de Janeiro: Dous de Dezembro, 1856.

_____. Os indígenas do Brasil perante a História. *Revista do Instituto Histórico-Geográfico Brasileiro*, tomo XXIII, primeiro trimestre, 1860, 3-111.

MASSA, Jean-Michel. A biblioteca de Machado de Assis. In: JOBIM, J. L. (Org.). *A biblioteca de Machado de Assis.* Rio de Janeiro: ABL/Topbooks, 2001. p. 38-40.

OLIVEIRA, J. Q. de. Homero brasileiro: Odorico Mendes traduz a épica clássica. *Nuntius Antiquus* (UFMG), vol. VII, n. 2, jul.-dez. 2011.

PAES, J. P. A tradução literária no Brasil. In: _____. *Tradução a ponte necessária, aspectos e problemas da arte de traduzir.* São Paulo: Ed. Ática, 1990.

PAGANO, A. S. Tradução e visibilidade: a teorização sobre o processo tradutório no Brasil do século XIX. In: MILTON, J.; AUBERT, F. H. *Anais do VI Encontro Nacional de Tradutores*: integração via tradução. São Paulo: Humanitas, 1998. p. 11-21.

REIS, F. S. dos. *Curso de Literatura Portuguesa e Brasileira.* São Luís: [*],1868. Vol. 4.

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO-GEOGRÁFICO BRASILEIRO. Tomo XVII (3.a série n.o 16), 4.o trimestre de 1854.

ROMERO, S. Manoel Odorico Mendes (1799-1864). In: _____. *História da literatura brasileira.* 5.a ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1953. Tomo III. p. 792-800.

SANT'ANNA, B. C. L. *A imprensa romântica de língua portuguesa:* uma leitura comparativa entre os periódicos *O Panorama* (1887-1868) e *Guanabara* (1849-1856). 2002. Dissertação (Mestrado em Estudos Comparados de Literaturas de Língua Portuguesa). Universidade de São Paulo. Volume III, p. 124.

SILVA, I. F. *Dicionário bibliográfico português.* Lisboa: Imprensa Nacional, 1870. Tomo IX.

SILVA, José Bonifácio de Andrada e. *Poesias de Américo Elísio.* Rio deJaneiro: Impresna Nacional, 1946.

TAUNAY, A. A formação intelectual de D. Pedro II. *Revista do Instituto Histórico-Geográfico*, Tomo XCVIII (n. 152), 1928, p. 886-893.

VEIGA, C. *Um brasileiro soldado de Napoleão.* São Paulo: Ática, 1979.

VIEIRA, B. V. G. Filinto Elísio, tradutor de Lucano: estudo introdutório, edição crítica e notas de uma versão da *Farsália* (I 1-227). *Nuntius Antiquus*, nº 1, 2008, p. 1-19.

VIRGÍLIO. *Eneida.* Trad. e notas M. O. Mendes, apresentação de A. M. Rodrigues, estabelecimento do texto, notas e glossário L. A. Cabral. Cotia: Ateliê/Campinas: Editora da Unicamp, 2005.

_____. *Eneida.* Trad. J. V. Barreto Feio e J. M. da Costa e Silva; Ed. P. S. Vasconcellos. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

_____. *Eneida brasileira ou tradução poética de Públio Virgílio Maro.* Intr., trad. e notas de M. O. Mendes. Paris: Rignoux, 1854.

_____. *Eneida brasileira ou tradução poética de Públio Virgílio Maro.* Trad. de M. O. Mendes e organização de Paulo Sérgio de Vasconcellos *et al.* Campinas: Editora da UNICAMP, 2008.

_____. *Eneida portuguesa.* Trad. João Franco Barreto. Lisboa: Of. de A. V. da Silva, 1763.

_____. *Virgilio Brazileiro ou traducção do poeta latino.*Intr., trad. e notas de M. O. Mendes. Paris: Na Typographia de W. Remquet, 1858.

YEE, R. S. *Odorico Mendes*, *o manuscrito da* Ilíada *e diversas facetas da atividade tradutória.* 2011, 128f. Dissertação (Mestrado em Estudos da Tradução). Universidade Federal de Santa Catarina.